



INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
Conferência proferida em 22 de Abril de 2008

PROF. DOUTOR JOSÉ LUÍS DE MOURA JACINTO
“A ÚLTIMA OPORTUNIDADE DO CAPITALISMO?”

“Neste roteiro vão escritas muitas coisas que parecem estranhas e impossíveis, as quais escrevi medrosamente, não porque delas não fosse muito certificado, mas por receio que tive de sair da opinião comum.”

D. João de Castro
“Roteiro de Lisboa a Goa”

Quero agradecer ao Instituto D. João de Castro, na pessoa do Presidente da sua Direcção, Vice-Almirante António Emílio Sacchetti, a oportunidade que me é dada para estar convosco.

Quero, muito em particular, agradecer o amável convite que me foi endereçado pelo Professor Doutor Adriano Moreira, referência nunca esquecida na casa a que pertenço, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e na área científica que abracei: a das Relações Internacionais e da Ciência Política. O seu exemplo humano,

sobretudo, inspira-nos num momento em que, como sempre, ansiamos por homens exemplares mas em que, como nunca, deles carecemos.

O título desta conferência é intencionalmente provocatório: A última oportunidade do capitalismo? Na verdade, pretendo falarmos do problema do trabalho.

Acontece que o capitalismo pode ser definido como o sistema económico que assenta num mercado dominado por empresas e investidores privados. Nele a riqueza é produzida para ser vendida no mercado e o objectivo económico das empresas é alcançar o lucro e acumular capital. Acresce um outro elemento, decisivo, por exemplo, para Marx e para os marxianos: o trabalho, o trabalho como mercadoria transaccionada no mercado, a troca de trabalho por dinheiro com vista a reproduzir dinheiro, a exploração do trabalho assalariado. Admitindo que o capitalismo é indissociável do trabalho assalariado, uma nova configuração do trabalho poderia determinar o fim do capitalismo.

Ora, a evolução tecnológica, em particular a disseminação das tecnologias da informação, e o acréscimo da competitividade internacional, resultante da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional (de 1980 a 2005 o comércio internacional quadruplicou), conduziram a uma situação em que se pode dizer que não há necessidade de tanto trabalho. Parecem ter-se cumprido as palavras proféticas de Hannah Arendt: “... uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única actividade que lhes resta. Não podemos imaginar nada pior.”

A sociedade industrial afirmou a centralidade do trabalho. Fonte de toda a riqueza, fonte de todo o valor, dele resulta o estatuto social e o rendimento das pessoas. Engels chegou ao ponto de dizer que o homem só deixou de ser macaco quando começou a trabalhar. Todas as grandes ideologias dos séculos XIX e XX dedicaram ao trabalho o núcleo dos seus fundamentos e das suas propostas. A que mais resistiu, o liberalismo, acabou conquistada, como as demais, pela promessa do pleno emprego. Hoje o trabalho é a promessa segregada por todos os sistemas políticos. Aos meus alunos do último ano da licenciatura pergunto sempre o mesmo e encontro sempre a mesma resposta: o que querem depois de tirar o curso? – um emprego!

Por isso, compreende-se o valor central do trabalho: só somos úteis se trabalharmos, se não trabalharmos somos inúteis no mundo. Emmanuel Lévinas di-lo de forma resignada: “... o homem compreende-se a partir da sua profissão, do seu papel social.” Como se na profissão se resumisse o papel social da pessoa.

Sendo assim desprovido do trabalho, o que é o homem? O que é o homem num tempo indigente em que, nas palavras de W. G. Sebald, “*toda a gente é substituível de um momento para o outro e se torna supranumerária assim que nasce*”?

As nossas sociedades são muito mais móveis e mais flexíveis. Por isso, a rigidez não é solução. Se a mobilidade e a flexibilidade não surgirem no mercado de trabalho assalariado, surgem ao lado ou mesmo na margem dele. O número de trabalhadores por conta própria aumenta significativamente. Mas também aumenta o trabalho precário e o trabalho ilegal.

As nossas sociedades têm de se organizar de modo diverso. O fim da centralidade do trabalho assalariado, que é cada vez mais uma evidência empírica, tem de permear o nosso sistema de valores. Deve dar-se, mais do que a dignidade moral que já lhe é reconhecida, uma dignidade utilitária – já que vivemos numa sociedade que só reconhece valor ao que é útil – a outras formas de acção humana.

A flexigurança é uma resposta muito interessante. Vamos procurar entendê-la nos seus fundamentos. Todas as sociedades contêm mecanismos de distribuição de riqueza: é o preço de viver em comum e de nos acomodarmos uns aos outros. A parte de segurança na flexigurança respeita à protecção daqueles que não têm emprego, estão em transição entre empregos ou estão, sem mais, inactivos mas carenciados. Pagar-lhes um rendimento, mais do que isso, assegurar que terão sempre um rendimento será um incentivo à manutenção da sua situação? Ou corresponde a uma garantia de que deverão beneficiar todos os membros de uma comunidade: a de que lhes será sempre permitido viver com dignidade, mesmo que não lhes seja possível, ou até que não queiram, trabalhar?

Será que se trata de ver os homens como meros consumidores e de, por isso, lhes ter de dar meios para financiar o seu consumo? O que é necessário é então que o

consumo continue sem parar? O consumo, ou seja, o acesso ao desejo e ao supérfluo, não será irremediavelmente empobrecedor? Muito pelo contrário, não será antes a mera obrigação de trabalhar, quando exercida em actividades sem sentido, rotineiras, repetitivas, que serve uma pura concepção utilitarista do homem? O homem unidimensional antes será o homem produtor do que o homem consumidor.

Esta redistribuição de recursos deixa a cada um a liberdade de decidir como os utilizar. Cada um tem a possibilidade de alimentar uma vida interior rica ou de se entregar, na medida das suas possibilidades, ao consumo sem sentido. É certo que trabalhadores que só sabiam trabalhar e que se vêem libertados, contra a sua vontade, do trabalho e das suas cadeias, podem já não saber nada das actividades mais altas e mais enriquecedoras pelas quais valeria a pena conquistar essa liberdade. Mas trata-se de dar a cada um o direito de escolher. O direito de poder realizar o direito de fazer aquilo que mais aproxima o homem do divino: criar. Criar uma ideia nova, um artefacto novo. E, em família, poder criar vidas novas.

Libertar do trabalho pode, por conseguinte, favorecer outras actividades humanas, ricas, profundas e solidárias. Por exemplo, no sector social, no voluntariado, na dádiva de si aos outros. Estaremos então mais próximos de poder dizer que, se não nos é dado definirmo-nos por aquilo que fazemos profissionalmente, que nos seja permitido definirmo-nos pelo que somos: humanos e carentes do outro.

Esta ideia de que todas as pessoas devem dispor de rendimentos também tem um fundamento económico. É aquilo que designo como o paradoxo do consumo: o sistema produtivo capitalista precisa de menos trabalho e também paga menos aos menos qualificados (o paradigma do *mc job* é naturalmente mal remunerado), mas precisa de mais consumo para manter, digamo-lo assim, a máquina a trabalhar. Ora, se o rendimento do maior número tiver fonte exclusiva no trabalho, o próprio sistema colapsará. Por isso, é indispensável que o rendimento tenha origem noutras fontes.

Não foi por mero acaso que Edmund Phelps, prémio Nobel da economia, disse recentemente que o maior problema para a política económica nos próximos anos resulta de uma combinação terrível: baixos salários dos trabalhadores menos qualificados e elevadas taxas de desemprego.

Na verdade, até agora o modelo que associava um sistema de produção capitalista com um Estado Providência tinha triunfado com base no financiamento pelos empregadores. Doravante, sobretudo devido à abertura dos mercados internacionais, a empresa entregue à competição não tem condições para sobreviver se tiver encargos que os seus competidores não suportam. Nas palavras de Lester Thurow, *“não há qualquer razão económica que justifique o facto de um trabalhador pouco qualificado de um país desenvolvido ganhar um dólar mais do que um trabalhador pouco qualificado de um país menos desenvolvido”*.

Isto significa, quer pela via da flexibilização do direito do trabalho, quer pela via do recurso a novas formas de trabalho, quer pura e simplesmente pela falência das empresas, maior precariedade. A flexigurança, apostando na mobilidade, na formação e qualificação profissionais e na garantia permanente de um rendimento, promete que é possível viver assim. Ou seja, que é possível, num mundo plástico em que nada parece seguro, ter um projecto de vida, investir num percurso formativo, constituir família. Que é possível viver e não, tão somente, sobreviver. Basta que à descontinuidade na vida profissional se sobreponha a continuidade da protecção social.

Mas também significa que a protecção social não é obrigação do patrão, mas da comunidade. É certo que, como dissemos, podemos ver todas as sociedades como formas de distribuição de riqueza. Mas garantir a todos um rendimento não é seguramente barato. Será um privilégio dos Estados ricos? Indo mais fundo: o Estado que vive em crise, sobretudo como Estado Providência, pode formular mais esta promessa?

Muitas vezes é o medo que possibilita a reforma. E o problema da desigualdade social crescente, a que se junta agora o aumento assustador do preço de certos bens básicos, tem levado muitos a anunciar um cataclismo social. Aproveito para notar que o agravamento da disparidade de rendimentos tem precisamente a ver com o fim da centralidade do trabalho assalariado: são justamente aqueles que não vivem do trabalho assalariado – empresários, investidores, aforradores, profissionais liberais, criativos, todo o tipo de prestadores de serviços – que arrecadam parcelas crescentes da riqueza nacional, multiplicando-se os casos de fortunas pessoais astronómicas. E o mais

espantoso é que, mesmo em tempos que são apresentados como de crise profunda, a riqueza produzida continua a aumentar.

Ora, o facto de haver mais riqueza e de uma parte reduzida da população arrecadar uma fatia maior, também significa que há mais riqueza para distribuir. Sucede que a fluidez dos movimentos de capitais não dá grande liberdade aos legisladores nacionais. O caso alemão é ilustrativo: por razões políticas – a pressão popular para uma tributação socialmente justa obedece ao velho *slogan* “os ricos que paguem a crise” -, o sistema fiscal germânico promete taxar fortemente os rendimentos de capitais; mas o legislador sabe que precisa de impedir a fuga de capitais e de empresas, pelo que, de acordo com Heribert Hirte, um especialista alemão, ao lado das taxas elevadas criou uma “*miríade de excepções e “zonas cinzentas” no direito fiscal alemão*”.

Muitos defendem, a propósito, um regresso a formas de protecção. Gostaria de sugerir outras possibilidades. No domínio internacional, sou um defensor da teoria da cooperação racional (Robert Axelrod). Quando os problemas são globais, só soluções globais poderão fornecer respostas apropriadas. Mas também sei que as comunidades políticas locais – aí, onde há política, onde a relação de cidadania dá sentido a direitos e a deveres – têm dificuldade em ver para além do seu horizonte particular.

Em 1919, na sequência de uma convulsão bélica que abalou o mundo e a humanidade, foi possível criar um sistema internacional de promoção dos direitos sociais - a Organização Internacional do Trabalho – que funciona de acordo com um princípio pragmático que importa reter: se todos os Estados que competem entre si avançarem simultaneamente no sentido de protegerem a parte mais fraca na relação laboral, a sua competitividade relativa não será afectada. Com a adopção sincronizada de medidas legislativas de protecção será possível melhorar a situação dos trabalhadores mantendo a viabilidade das empresas. O mecanismo das convenções e das recomendações internacionais de trabalho tem, desde então, fornecido os padrões desejáveis de protecção dos trabalhadores que têm sido, progressiva embora lentamente, seguidos um pouco por todo o mundo.

Poder-se-á criar um mecanismo idêntico que permita a todos os Estados financiar um novo paradigma de protecção social? Por exemplo, algo que controle a competição fiscal entre os Estados, fixando-a nos níveis actuais? É, seguramente, muito difícil. O Estado vê-se, sobretudo, como um poder soberano assente em dois elementos essenciais: o território e o fisco. Saber quem está cá dentro para lhe cobrar impostos é o primeiro dos princípios de funcionamento do Estado. Intervir, com regras internacionais, neste domínio é, seguramente, algo que os Estados não encararão de ânimo leve.

Há outra possibilidade, é certo. Refiro-me à questão moral. O sistema capitalista, em si mesmo, não oferece princípios morais, o mercado não segue regras éticas. Mas as pessoas podem seguir. Quem tem uma moral não é seguramente o mercado, mas os seus agentes enquanto homens. Deixarão que ela os influencie quando tomam as suas decisões económicas? Deixarão de comprar um tapete ou uma bola de futebol baratos, preferindo comprar um produto mais caro mas em relação ao qual é garantido que não foi o fruto do trabalho de uma criança que nunca irá à escola?

Para isso, é necessário informação e valores. É necessário que cada um saiba como deve agir, que deseje agir dessa forma e que possua a firmeza de carácter para ser capaz de agir assim apesar de ser mais fácil e materialmente mais recompensador agir de outra forma.

Milton Friedman afirmaria que a única responsabilidade social das empresas é aumentar os lucros e que a única moral dos mercados é aumentar a riqueza. A grande vitória da economia de mercado e do capitalismo seria demonstrar que a ética, sendo interiormente compensadora, é também lucrativa. A reconciliação com a ética não seria, afinal, a melhor das oportunidades do capitalismo?

Mas, muito mais do que uma vitória do mercado ou do capitalismo, essa reconciliação seria uma vitória da humanidade. Uma vitória, para usar uma expressão do Papa Bento XVI proferida na sua recente visita à sede das Nações Unidas (18 de Abril de 2008), da família humana.

O Professor Adriano Moreira, disse-nos que *“é porventura lícito que cada um perca o seu tempo, mas é absolutamente inadmissível que alguém, sobretudo quando é responsável pela coisa pública, perca o tempo dos outros, porque o tempo dos outros é o futuro de todos”*.

Tenhamos esperança de que os responsáveis pela coisa pública decidam. Não percamos também nós tempo. O nosso e o dos outros. Espero não vos ter feito perder o vosso tempo. Pela minha parte estou certo de não ter perdido o meu na vossa companhia.

Copyright @ 2008 - PROF. DOUTOR JOSÉ LUÍS DE MOURA JACINTO
– Instituto D. João de Castro